



2014, ano de lutas e conquistas! 2015, ano de novas lutas! Que seja de muitas conquistas!

Sem dúvida, 2014 foi um ano marcante para os trabalhadores do Centro Paula Souza. Decididos a desengavetar o plano de carreira, que perigava embolorar nas gavetas do governo do estado, fizemos uma forte greve. Foi a maior da história dos trabalhadores do Centro. Não em extensão, mas em qualidade, em envolvimento e em amadurecimento da nossa categoria.

Em cinco semanas, de 17 de fevereiro a 26 de março, a categoria conquistou com a greve o que três anos de discussão com o governo não foram capazes de conseguir. Esta é a prova mais contundente de que somente a luta traz conquistas.

Em 2015, vamos adiante. O que não conseguimos conquistar com a carreira continua a fazer parte das nossas lutas. É o caso do retorno da nossa política salarial do Cruesp, com os mesmos índices

pagos nas universidades estaduais paulistas (já temos várias conquistas judiciais sobre este ponto); o enquadramento direto pelas titulações, sem aguardar o tempo da referência; a licença maternidade de 180 dias para todas; o cumprimento da legislação que garante a Sexta Parte (leia matéria na pág. xx); a jornada de trabalho para os docentes, entre outras.

O enquadramento especial aprovado para julho de 2016 somente inclui os docentes, mas a conquista do mesmo direito para os funcionários e auxiliares docentes é ponto de honra para o Sindicato.

Tudo o que ainda falta conquistar é pauta de lutas imediatas e das próximas campanhas salariais, para as quais já conclamamos a categoria a participar ativamente, porque, como aprendemos em 2014, sem luta não há conquista!

O Sinteps deseja um feliz ano novo para todos!

Em 2015, vamos à luta por:

- ⇒ Reajuste salarial;
- ⇒ Volta da política salarial pelo Cruesp;
- ⇒ Enquadramento direto pelas titulações;
- ⇒ Licença maternidade de 180 dias para todas;
- ⇒ Garantia da Sexta Parte;
- ⇒ Redemocratização das instâncias de poder do Ceeteps;
- ⇒ ... entre outras!

Leia nesta edição

Ceeteps terá recursos para implantar o plano de saúde em 2015. Mas teremos que pressionar

Pág. 2

Acordo Coletivo ainda está negociação. Regras dignas para atribuição de aulas estão entre as reivindicações

Pág. 2

Sinteps obtém grande conquista na ação da sexta-parte

Pág. 3

Direito aos atestados médicos particulares é reafirmado em nova instância

Pág. 3



Hora de pressionar

Orçamento estadual para 2015 contemplou emendas com recursos extras para o Centro

Não há mais motivo para postergar o plano de saúde

Na madrugada de 18 para 19/12, a Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015. A votação foi acompanhada de perto por representantes do Sinteps.

O texto final contemplou três emendas para o Centro Paula Souza: R\$ 25 milhões, R\$ 30 milhões e R\$ 3,27 milhões, sendo esta última destinada à permanência estudantil. A emenda de R\$ 25 milhões foi inserida por reivindicação do Sinteps, que esteve presente nas audiências públicas promovidas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), da Alesp, em várias regiões do estado. O Sindicato defendeu a necessidade de uma verba para a implantação do

plano de saúde institucional em 2015, que foi inserido no novo plano de carreira da categoria, mas não tinha recursos para sua efetivação.

Durante as negociações que os representantes do Sinteps tiveram com a relatora da LOA-2015, Maria Lúcia Amary, com o presidente da CFOP, Mauro Bragato, e com o líder do governo na Alesp, Barros Munhoz, todos deputados pelo PSDB, havia sido acertado que os R\$ 25 milhões entrariam na alínea "Custeio". Porém, durante a votação da LOA, as três emendas acabaram inseridas na alínea "Investimentos". A justificativa para essa mudança é que o governador Geraldo Alckmin e o novo secretário da Fazenda, Renato

Vilela, pressionaram para que todas as verbas fossem mantidas na alínea "Investimentos", pois entendem que a situação econômica de 2015 "pode ser desfavorável".

De qualquer forma, os três deputados afirmaram que não há impedimento legal para o uso da verba de R\$ 25 milhões para custeio e, consequentemente, na criação do plano de saúde; e que eles intercederão junto à Superintendência do Ceeteps e ao governo para que isso aconteça.

Pressão

O Sinteps tem clareza de que será preciso redobrar a pressão sobre o Centro e o governo para que parte destes recursos extras, conquistados

durante a votação da LOA-2015, seja alocada para o item "Custeio" e direcionada para a criação do plano de saúde institucional, da forma como foi aprovado na nova carreira.

O Sindicato também já solicitou reunião com o vice-governador e Secretário de Desenvolvimento, Márcio França (PSB), para tratar deste e de outros assuntos do interesse da categoria, como o reajuste salarial, o enquadramento por titulação para o pessoal administrativo e auxiliar de docente e a jornada docente.

Nada está garantido, mas, como já vimos, a luta traz conquistas. Portanto, 2015 será mais um ano de muitas mobilizações da categoria para alcançarmos bons resultados.

Em 2015, Sinteps manterá pressão no Centro por negociação do Acordo Coletivo

Reivindicações referem-se à garantia de condições dignas de trabalho

A pauta de reivindicações dos trabalhadores do Centro, que o Sinteps organiza e protocola junto ao empregador todos os anos, contém muitos itens que não guardam relação com a questão salarial.

É o caso da reivindicação de cursos de atualização profissional, abono de faltas, CIPA, acompanhamento escolar, direitos dos filhos melhores, direitos da mãe trabalhadora, horário de banco, horário de estudante, regras para atribuição de aulas, estabilidade pré-aposentadoria, democratização das estruturas de poder, garantias contra o assédio moral, entre outras.

Há também itens que, embora envolvam recursos, não estão relacionados diretamente aos salários, como é o caso do pagamento de horas extras, pagamento de precatórios, insalubridade/periculosidade, instalação de enfermaria em unidades com mais de 50 trabalhadores, auxílio creche etc.

Durante o ano de 2014, a direção do Sindicato participou de várias reuniões com a Superintendência do Ceeteps, na tentativa de chegar a um acordo sobre a maior parte possível destas reivindicações. No entanto, as negociações não evoluíram a ponto de resultar na assinatura do Acordo Coletivo. "Isso nos leva



a reavaliar os termos do acordo, levando em conta as reivindicações da data-base de 2015, avançando nas discussões sobre atribuição de aulas, que foi um caos no final de 2014, bem como em outros assuntos de interesse da categoria", ressalta Silvia Elena de Lima, presidente do Sinteps. Ela comenta que a Superintendência ainda não se posicionou sobre várias das reivindicações, em especial aquelas

A última reunião entre Sinteps e Superintendência, para discutir o Acordo Coletivo, aconteceu em 16/12/2014. Participaram pelo **Sinteps**: Silvia Elena de Lima, Renato de Menezes Quintino e Margarete Maria Moisés Angeli, todos da Direção Executiva. Pelo **Centro**: Luiz Carlos Quadrelli (chefe de gabinete), Élio Lourenço Bolzani (coordenador da URH) e Sonia Mardelei R. Charpentier (assistente técnica da Superintendência)

relacionadas à garantia das aulas de concurso, os concursos por regiões, os concursos por área e não por disciplina, entre outros.

Até o final de janeiro, deve ocorrer nova reunião com a Superintendência. Assim, na reunião do Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps, em fevereiro, já será possível ter mais informações sobre as negociações do Acordo Coletivo e de sua relação com a data-base 2015.

Sinteps obtém grande conquista na ação da sexta-parte no TST

Quando o Centro Paula Souza e o governo implantaram a carreira anterior, no início de 2008, a categoria sofreu um duro golpe: um direito consagrado na Constituição Estadual de 1989, que é a sexta-parte, simplesmente foi surrupiado dos trabalhadores celetistas. Para os autárquicos, nada mudou.

Em 2014, quando foi instituída a nova carreira, embora o Sinteps tenha reivindicado insistentemente que o benefício voltasse a ser respeitado, isso não ocorreu.

A sexta-parte, como diz o nome, garante um acréscimo de um percentual ao salário quando o servidor completa 20 anos de serviço.

Logo em 2008, o Sinteps impetrou uma Ação Coletiva Pública (ACP), pleiteando o retorno do direito, ou seja, que o governo paulista voltasse a respeitar a lei. Inicialmente, o juiz não atendeu o pleito do Sindicato. A entidade entrou novamente com a ação coletiva e, ao mesmo tempo, orientou os filiados que estivessem prestes a alcançar os 20 anos de efetivo exercício que ingressassem individualmente.

No caso das ações individuais, a maioria esmagadora já possui sentença favorável e está em andamento. No caso da ação coletiva, no dia 30/5/2012 finalmente ela foi julgada e, em 5/6/2012, recebemos a sentença favorável. O Centro apresentou recurso ordinário contra a decisão e, em 16/9/2013, a justiça julgou em seu favor.

A assessoria jurídica do Sinteps não se deu por vencida e entrou com seguidos recursos. No dia 26/11/2014, o Sinteps teve recurso aceito na Vara do Trabalho

de São Paulo, que o remeteu para julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST). O julgamento do nosso recurso pelo TST aconteceu em 28/11/2014 e deu ganho de causa para o Sinteps. Ou seja, o TST reformou a decisão anterior e deu ganho de causa ao Sindicato, assegurando a sexta parte para todos os trabalhadores celetistas do Centro.

Embora ainda haja possibilidade de recurso por parte do Ceeteps junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a assessoria jurídica do Sinteps considera bastante improvável que a decisão do TST seja revogada.

Importante

Os advogados do Sinteps explicam que, geralmente, a justiça costuma restringir a aplicação das decisões aos trabalhadores filiados à entidade, pois entende que são eles os diretamente representados sindicalmente pela ação. Portanto, quando essa vitória se consolidar, o direito à sexta-parte estará garantido a todos os celetistas filiados, mas não é certeza que se estenda aos não filiados.

O advogado Jamil Hassan enfatiza que, além de fortalecer o Sinteps, a filiação é mecanismo legal para garantir acesso às vitórias obtidas pela entidade.

Para se filiar

Se você ainda não é sindicalizado e deseja ser, acesse o site do Sindicato (www.sinteps.org.br) e entre no link "Filie-se".



Conae 2014

Delegação do Sinteps aprova emenda que prevê ampliação de recursos para a educação profissional e tecnológica



De 19 a 23 de novembro, aconteceu em Brasília a segunda edição da Conferência Nacional de Educação (CONAE), com a participação de cerca de quatro mil delegados de todo o país. Eles foram eleitos durante as etapas anteriores: conferências municipais e/ou intermunicipais, estaduais e do Distrito Federal.

O Sinteps participou de várias conferências municipais e da estadual, culminando com a indicação de quatro delegados à etapa nacional: Denise Rykala, Renato de Menezes Quintino, Terezinha de Jesus A. Gonçalves e Adalberto Luiz de Oliveira.

O objetivo da II CONAE foi apresentar propostas para subsidiar a implementação do Plano Nacional da Educação (PNE), com indicação de responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino.

A bancada do Sinteps uniu-se a outras delegações ligadas ao ensino profissional e tecnológico e conseguiu aprovar uma emenda importante, relativa ao financiamento desta importante esfera da educação pública. A expectativa é que a presidente Dilma Rousseff regulamente o PNE de acordo com as recomendações aprovadas na II CONAE.

A emenda

"507 - 4. Política de financiamento da educação profissional e tecnológica:

4.1 Expandir a educação profissional de qualidade, em diferentes modalidades e níveis, na perspectiva do trabalho como princípio educativo, com financiamento público permanente, que atenda às demandas produtivas e sociais locais, regionais e nacionais, em consonância com a sustentabilidade socioambiental, com a gestão territorial e com a inclusão social, de modo a dar suporte aos arranjos produtivos locais e regionais, contribuindo com o desenvolvimento econômico-social."

Direito aos atestados médicos particulares é reafirmado em nova instância

Desde 2012, por força de liminar judicial, após ação civil pública (ACP) impetrada pelo Sinteps, o Centro Paula Souza vem sendo obrigado a respeitar o direito dos trabalhadores de apresentarem atestados médicos particulares em caso de adoecimento.

O Ceeteps entrou com um recurso contra a liminar, mas teve seu pedido negado no dia 15/12/2014. Ou seja, a justiça reafirmou a validade dos atestados particulares. Ainda falta o julgamento em terceira

instância, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), mas enquanto ele não ocorre, vale a decisão atual.

A expectativa do advogado do Sinteps, Jamil Hassan, é que, até o julgamento final da ACP dos atestados, uma outra ação movida pelo Sinteps contra o Centro tenha decisão favorável. Trata-se da ação que pede a instalação do Serviço de Medicina e Segurança do Trabalho (SESMET), para garantir a presença de médicos do Trabalho nas unidades. Esta ação já está na terceira instância.

Organização de base

Sinteps conta com novos dirigentes

Em sua reunião de 12 de dezembro, o Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps deu posse a dois novos membros. São eles: Ana Lúcia de Oliveira e Alex Monteiro, ambos da ETEC João Gomes de Araújo. Na mesma reunião, foram empossados dois novos Diretores Regionais: Heriane Prado de Souza, como suplente na Regional de Santos, e Claudemir Lázaro Hermenegildo, na Regional S. J. dos Campos (Sub Regional de Taubaté).

Na reunião de 29/1/2015, o CDB dará

posse a duas novas Diretoras de Base na FA-TEC Rubens Lara (Santos): Marilene Ricardo Lacerda e Rita de Cássia Nilo dos Santos. Tanto os novos quanto os atuais dirigentes têm mandato até dezembro de 2015.

Soma de forças

Os companheiros que compõem o Conselho Diretor de Base do Sinteps somam forças com as Diretorias Executiva e Regional para mobilizar, organizar e lutar!



Acima, Alex e Ana Lúcia falam durante a posse. Ao lado, Heriane e Claudemir



Diretora do Sindicato é eleita para o Dieese

Margarete Maria Moisés Angeli, da Diretoria Executiva do nosso Sindicato, foi eleita para a direção regional São Paulo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A eleição da nova direção do órgão aconteceu em assembleia regional no dia 11/12/2014.



O Sinteps é uma das centenas de entidades sindicais filiadas ao Dieese, que foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores. O Dieese elabora pesquisas relacionadas ao comportamento da inflação e renda, níveis de emprego e desemprego, negociações salariais, greves e outros. O índice de inflação medido pelo Dieese – o ICV – é utilizado como parâmetro pela maioria das entidades sindicais durante as campanhas salariais.

Expediente

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de SP.
Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro.
Cep 01124-060 - São Paulo - SP.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 13.850, Cep 01216-970 - SP/SP
Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.
E-mail: sinteps@uol.com.br Site: http://www.sinteps.org.br
Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br)
Tiragem desta edição: 2.700 exemplares

Sinteps - Previsão orçamentária 2015 (Exercício 2014)

RECEITAS	Mês base 09/2014	%	Anual	Corrigido
1.1. Arrecadação				
Total das receitas	67.663,69	100%	811.964,28	851.627,11
DESPESAS				
2.1 - Trabalho de base	33.831,85	50%	405.982,14	425.813,56
2.1.1 – Reuniões				
2.1.2 – Campanha salarial				
2.1.3 – Transportes com viagens				
2.1.4 – Hospedagem				
2.1.5 – Alimentação				
2.1.6 – Correio				
2.1.7 – Cursos e palestras				
2.1.8 – Congressos				
2.1.9 – Formação de quadros				
2.1.10 – Ajuda de custo				
2.1.11 – Contribuições para entidades sindicais				
2.1.12 – Cultura/EspORTE/Lazer/Festas				
2.1.13 – Assinaturas (periódicos, Internet etc.)				
2.1.14 – Contratos				
2.1.15 – Publicações do Sinteps				
2.2 – Salários, encargos	13.532,74	20%	162.392,86	170.325,42
2.3 – Serviços de terceiros	13.532,74	20%	162.392,86	170.325,42
2.3.1 – Assessoria jurídica				
2.3.2 – Assessoria contábil				
2.3.3 – Assessoria de imprensa				
2.3.4 – Assessorias diversas				
2.4 – Despesas administrativas	6.766,37	10%	81.196,40	85.162,68
2.4.1 – Material de expediente				
2.4.2 – Contas de telefone				
2.4.3 – Taxas bancárias				
2.4.4 – Manutenção do imóvel				
2.4.5 – Manutenção de equipamentos				
2.4.6 – Copa e cozinha				
2.4.7 – Materiais de limpeza				
TOTAL DAS DESPESAS	67.663,69	100%	811.964,28	851.627,11

1) A correção anual foi calculada com base no IGPM acumulado dos últimos 12 meses, tendo como referência o mês de setembro/2014 – 4,8848.

2) Esta previsão orçamentária foi aprovada em assembleia geral ordinária do Sinteps, realizada em 18/11/2014.

A responsabilidade contábil é de Vanderlei Zancan (CT CRC 1SP174.143./0-3) - Aptus Contabilidade e Auditoria Ltda.